

Requerente(s): José Paulo de Lira Junior e Outros
 Requerido(s): Prefeito Municipal de São Miguel do Guamá
 Origem: Promotoria de Justiça de São Miguel do Guamá
 Assunto: Representação contra o Prefeito Municipal de São Miguel do Guamá, assinada por vereadores do município, encaminhada pela Procuradoria Geral de Justiça.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU PELA RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL do Inquérito Civil, para apurar a aplicação do recurso repassado ao Município de São Miguel do Guamá, conforme o art. 109, I e IV, CF/88.

1.4.7. Processo nº 000639-940/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Servidores do Centro de Referência de Assistência Social Km 40 de BJT

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar suposto uso da máquina pública municipal, do centro de referência de assistência social do km 40, de Bom Jesus do Tocantins para realização de evento particular.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.8. Processo nº 000271-151/2017

Requerente(s): Ouvidoria do MPE/PA

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém - PMB

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém
 Assunto: Apurar o teor do ofício Nº 592/2017OUVIDORIA MPPA, que encaminha o registro Nº 1145/2017 referente a pedido de providências em face da Prefeitura Municipal De Belém – PMB, em razão de possível malversação de verba pública, tendo em vista a precariedade do asfaltamento da rua Rui Barbosa, no Residencial Tocantins, Icoaraci.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.9. Processo nº 000354-151/2020

Requerente(s): Corregedoria-Geral do Ministério Público - CGMP

Requerido(s): Raquel Araújo da Silva, Radmilla Pantoja Castelo Branco

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Investigar possível irregularidade na conduta de servidoras públicas estaduais, eventualmente vedadas para o exercício da advocacia.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.10. Processo nº 000670-138/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará - MPPA

Requerido(s): Em apuração

Origem: Promotoria de São Domingos do Araguaia

Assunto: Apurar suposta irregularidade em posto de resfriamento de leite localizado no município de São Domingos do Araguaia

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.11. Processo nº 000040-113/2017

Requerente(s): IBAMA

Requerido(s): Indústria e Comércio de Madeira São Roque

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar denúncias sobre deficiências e irregularidades nos serviços prestados pelo Centro de Controle de Zoonoses de Belém.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.12. Processo nº 004340-027/2018

Requerente(s): Ministério Público Federal de Tucuruí

Requerido(s): Antônio Carlos Ferreira Coelho e Outros, Joanne Christina Oliveira Rodrigues, Amadeu Cardoso

Origem: 1º PJ de Tucuruí

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa e irregularidades na venda da sede do SINTRICOMT e na aplicação de verbas de contribuições sindicais.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.13. Processo nº 000026-113/2021

Requerente(s): Manoel Martins Damasceno

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saneamento de Belém-SESAN

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar possível ocorrência de poluição ambiental por ocasião da existência de um lixão no local que serve de abrigo para os refugiados venezuelanos, localizado na Rodovia do Tapanã, Nº 2807.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Con-

selheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.14. Processo nº 000483-159/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Prainha

Origem: PJ de Prainha

Assunto: Representação protocolada pelo senhor Ivan da Silva Farias em face do Prefeito Davi Xavier, em razão de contratação de assessor de gabinete que reside na cidade de Manaus.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.15. Processo nº 000039-093/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Instituto de Educação Tecnológico Avançada da Amazônia -IETAAM

Origem: PJ de Brasil Novo

Assunto: Apurar irregularidades do Instituto de Educação Tecnológico Avançada da Amazônia (IETAAM) que ofertou cursos no Município de Brasil Novo, sem, no entanto, possuir a respectiva autorização.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.16. Processo nº 000591-138/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará - MPPA

Requerido(s): Jaime Modesto da Silva

Origem: Promotoria de São Domingos do Araguaia

Assunto: Apurar irregularidades nos convênios da SEDUC e SEPOF firmados com o município de São Domingos do Araguaia na gestão do ex-prefeito Jaime Modesto da Silva

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.17. Processo nº 001032-096/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará - MPPA

Requerido(s): Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará - SINTEPP, Prefeitura Municipal de Xinguara

Origem: 2º PJ de Xinguara

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação de serviços de assessoria e consultoria técnica contábil e de empresa para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica, através de inexigibilidade de licitação.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.18. Processo nº 000262-808/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS, Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará

Origem: 7ª PJ Cível de Def. Consum., Meio Amb, Pat. Cult., da Hab. e do Urb. de Altamira

Assunto: Proteção do meio ambiente decorrente de impactos socioambientais provenientes de autorizações de atividades na área de abrangência do Sítio Pesqueiro Turístico Estadual da Volta Grande do Xingu.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.19. Processo nº 001077-036/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Hospital das Clínicas Gaspar Viana

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade cometido pelo gestor do Hospital de Clínicas Gaspar Vianna na devolução da paciente Ivanete Paraense.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.20. Processo nº 017874-003/2021

Requerente(s): Cleber Cavalcante da Silva

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar a suposta ilegalidade do ato de remoção do servidor Cleber Cavalcante da Silva do setor pedagógico da Coordenação de Ensino Médico para a Coordenação de Documentação Escolar (CODOE), ambas unidades da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.21. Processo nº 007213-031/2020